

1 **ATA DA 51ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO PARTICIPATIVA**
2 **– CTGPar.**

3
4 Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às
5 09h15, por videoconferência através da plataforma Zoom, ocorreu a 51ª Reunião
6 da Câmara Técnica de Gestão Participativa - CTGPar, instituída pela Resolução
7 nº 33 de 18 de março de 2010, com a seguinte pauta: I. Aprovar a ata da 50ª
8 reunião da CT; II. Analisar o Relatório Anual do PROGESTÃO. Estavam
9 presentes: Sr. Leandro Obadowiski Bruno, Sra. Tania de Fatima de Deus Rosa,
10 Sra. Lilian Fatima de Moura Apoitia, Sr. Filippe Figueiredo Kestring e Sr.
11 Raeumson de Souza Costa, representantes da **SEMA**; Sra. Ethiane Agnoletto e
12 Sr. Marcos dos Santos, representantes da vaga 01 dos **CBH-RH Amazônica**;
13 Sra. Suzan Lannes de Andrade e Sra. Inês Martins de Oliveira Alves,
14 representantes da **ABES**; Sra. Leonice de Souza Lotufo, representante do
15 **SINGTUR**. A reunião foi presidida pelo Sr. Leandro Obadowiski Bruno
16 (GFAC/SEMA), em substituição à Presidente da CTGPar, Sra. Pâmela Sangaleti
17 de Souza, que informou previamente, sua impossibilidade de participação.
18 Iniciando o primeiro item de pauta, o presidente informou que a ata da 50ª reunião
19 havia sido encaminhada previamente juntamente com os demais documentos.
20 Foi aberta oportunidade para manifestações, complementações ou objeções por
21 parte dos membros. Não havendo manifestações, a ata foi considerada aprovada
22 por unanimidade. Na sequência, foi iniciada a apresentação do Relatório Anual
23 do PROGESTÃO, conduzida pela equipe da Superintendência de Recursos
24 Hídricos da SEMA, com detalhamento do desempenho do Estado no
25 cumprimento das metas pactuadas. Durante a exposição, foi informado que, no
26 ciclo avaliado, diversas metas foram alcançadas, incluindo as variáveis legais,
27 funcionais e de articulação, nas quais o Estado atingiu os níveis previstos.
28 Também foram apresentados os resultados referentes ao arcabouço legal e às
29 ações de capacitação, sendo esclarecido que parte da meta relacionada ao plano
30 de capacitação específico para gestão de recursos hídricos não foi considerada
31 integralmente cumprida, uma vez que o Estado possui programa de capacitação
32 ambiental mais amplo, mas ainda não dispõe de plano exclusivo para recursos
33 hídricos, conforme requerido pelo PROGESTÃO. No que se refere às variáveis

34 de planejamento, foi informado que os níveis previstos foram atingidos,
35 contemplando balanço hídrico, divisão hidrográfica, planejamento estratégico e
36 plano estadual de recursos hídricos, destacando-se ainda o avanço no
37 enquadramento de corpos d'água, variável não obrigatória, mas considerada
38 positiva para o desempenho geral. Quanto às variáveis de informação e suporte,
39 foi esclarecido que, embora diversos itens tenham sido alcançados, não foi
40 possível cumprir integralmente a meta relacionada à infraestrutura de dados
41 espaciais e à integração tecnológica com a Agência Nacional de Águas e
42 Saneamento Básico – ANA. Foi explicado que a dificuldade decorre da ausência
43 de solução tecnológica estruturada que permita a interoperabilidade em tempo
44 real entre os sistemas estaduais e federais, dependendo de ações de tecnologia
45 da informação e de contratação de serviços especializados, já em andamento por
46 meio de ordem de serviço. Nas variáveis operacionais, foi registrado que as metas
47 obrigatórias foram cumpridas, destacando-se a consolidação de instrumentos e
48 procedimentos já existentes no Estado. Encerrada a apresentação, foi aberta a
49 palavra para manifestações. A Sra. Leonice Lotufo questionou sobre a
50 responsabilidade pela implementação da integração entre sistemas e sobre a
51 existência de perspectiva para solução do problema. Em resposta, foi reiterado
52 que a questão envolve diferentes estruturas tecnológicas e depende de setores
53 de tecnologia da informação e de fornecedores externos, estando o tema em
54 desenvolvimento, com expectativa de evolução nos próximos ciclos. A Sra. Inês
55 Alves solicitou esclarecimentos acerca do acesso às informações relativas à
56 prevenção de eventos hidrológicos críticos e às estações de monitoramento. Foi
57 informado que os dados são disponibilizados publicamente no site da SEMA, por
58 meio da Sala de Situação, com boletins diários, semanais e mensais, incluindo
59 alertas hidrometeorológicos. Ainda em manifestação, foi destacado que o alcance
60 das metas obrigatórias é fundamental para garantir a continuidade dos repasses
61 financeiros do programa, sendo registrado reconhecimento ao trabalho
62 desenvolvido. Em seguida, houve questionamento sobre a série histórica dos
63 dados hidrometeorológicos. Foi esclarecido que o monitoramento da SEMA
64 possui registros desde aproximadamente 2012/2013, com ampliação progressiva
65 do número de estações, passando de cerca de 13 para 68 estações próprias,
66 além de outras existentes no Estado. Também foi apresentado questionamento,

67 encaminhado via chat, acerca de alternativas diante de eventual ausência de
68 repasses da ANA. A equipe esclareceu que o Estado utiliza planejamento
69 orçamentário próprio, podendo recorrer a recursos do FEHIDRO, suplementações
70 orçamentárias e outras estratégias financeiras para garantir a execução das
71 metas, quando necessário. Não havendo novas manifestações, o Presidente
72 submeteu à apreciação da Câmara Técnica a análise do Relatório Anual do
73 PROGESTÃO. Colocada em votação, a matéria foi aprovada por unanimidade.
74 Por fim, foi solicitado o encaminhamento do parecer da Câmara Técnica para que
75 o tema entre na pauta da próxima reunião ordinária da plenária do CEHIDRO.
76 Nada mais havendo a tratar, às 10h11, o Presidente encerra a reunião
77 agradecendo a presença de todos e, eu, Danielly Guia da Silva, lavrei a presente
78 ata.

79

80 **Leandro Obadowiski Bruno**

81 Presidente da Câmara Técnica de Gestão Participativa *em substituição*